Direcção Geral dos Serviços de Viação

Portaria n.º 10:141

Reconhecendo-se a urgente necessidade de punir mais severamente as transgressões cometidas por alguns industriais de transportes a recentes determinações do Governo, tomadas com o único fim de obviar a alguns dos graves inconvenientes originados pela escassez de combustíveis líquidos: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, nos termos do disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 23:499, de 24 de Janeiro de 1934, que os n.ºs 4.º e 5.º do artigo 61.º do regulamento especial de transportes em automóveis pesados, aprovado pelo referido decreto-lei, tenham a seguinte redacção:

Artigo 61.º

4.º Pela exploração de transportes de aluguer sem as devidas licenças ou com licenças cuja utilização tenha sido proibida:

a) As multas respectivamente de 500\$ e 200\$, conforme se trate dos transportes a que se referem as alíneas a) ou b) do § 2.º do artigo 2.º;

b) A multa de 300\$, ficando o veículo apreendido até à resolução do tribunal, quando o seu proprietário não queira pagar ou depositar voluntariamente a multa, no caso dos transportes referidos no § 3.º do artigo 2.º e no artigo 3.º, e também pela transgressão do disposto no § 2.º do artigo 3.º. Em caso de reincidência o veículo será apreendido por prazo não inferior a quinze dias nem superior a sessenta.

5.º Pela transgressão do artigo 6.º a multa de 500\$, o. quando for cometida com automóveis pesados de passageiros, ficará o veículo apreendido até à resolução do tribunal, quando o seu proprietário não queira pagar ou depositar voluntariamente a multa.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 17 de Julho de 1942.—O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

Despacho

Ao abrigo do disposto no § 2.º do artigo 1.º do decreto-lei n.º 31:877, de 3 de Fevereiro último, determino o seguinte:

1.º Que os concessionários de carreiras regulares que possuam dois ou mais veículos às mesmas adstritos sejam obrigados a adaptar ao funcionamento a gás pobre um número de veículos pelo menos igual a $\frac{1}{2}$ do número total, arredondado para a unidade imediatamente superior.

2.º Que os proprietários dos automóveis pesados de aluguer para o transporte de mercadorias sejam obrigados a adaptar ao funcionamento a gás pobre um número de veículos pelo menos igual a $\frac{1}{2}$ do número total, arredondado para a unidade imediatamente superior.

3.º Que a Direcção Geral dos Serviços de Viação comunique até 25 do corrente a cada concessionário quais os veículos que devem ser adaptados ao funcionamento a gás pobre.

4.º Que o Grémio dos Industriais de Transportes em Automóveis, dentro do prazo referido no número anterior, informe a Direcção Geral dos Serviços de Viação dos números dos veículos pertencentes aos seus associados e que, nos termos do disposto no n.º 2.º, têm de ser adaptados ao funcionamento a gás pobre.

5.º Que as adaptações referidas nos n.ºs 1.º e 2.º sejam feitas por forma que os veículos estejam em condições de entrar em serviço antes de 1 de Janeiro de 1943.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 13 de Julho de 1942.—O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Técnico

Instruções para as provas escritas do exame de aptidão para a primeira matrícula na Universidade Técnica

S. Ex.ª o Ministro determina que seja observado nos exames de aptidão o seguinte:

1. Visto ser elevado o número de candidatos à primeira matrícula nas Universidades e ser muito curto o intervalo que medeia entre o prazo para requerer os exames e o início das provas, torna-se indispensável organizar o serviço de exames com precauções especiais. As presentes instruções visam a evitar atrasos ou hesitações, que seriam irremediáveis, e a uniformizar o serviço dos exames de aptidão para a primeira matrícula na Universidade Técnica.

2. Admissão ao exame de aptidão.— Os exames de aptidão para a primeira matrícula na Universidade Técnica são requeridos de 18 a 24 de Julho, perante a secretaria da mesma.

Os candidatos que estiverem nas condições previstas no artigo 1.º e seu § 1.º do decreto-lei n.º 32:045, publicado no *Diário do Governo* n.º 122, 1.ª série, de 27 de Maio último, são admitidos a exame de aptidão mediante a apresentação do requerimento feito em impresso do modelo anexo ao referido decreto-lei, instruído com os seguintes documentos:

a) Certidão de idade, que pode ser de simples narrativa;

b) Pública-forma da carta do respectivo curso complementar dos liceus ou documento comprovativo das habilitações indicadas no § 1.º do artigo 1.º do mesmo decreto-lei.

Os candidatos que perante a secretaria da Universidade demonstrarem ter preenchido em anos anteriores as condições estabelecidas nos decretos-leis n.º 26:594, de 15 de Maio de 1936, e 31:255, de 6 de Maio de 1941, para serem admitidos a exame de aptidão, serão admitidos no presente ano escolar independentemente da prestação de outras provas e mediante a apresentação de requerimento feito em impresso do modelo acima indicado, instruído com os seguintes documentos:

A) Candidatos ao abrigo do decreto-lei n.º 31:255:

a) Certidão de idade, que pode ser de simples narrativa;

b) Certidão de aprovação nos exames a que se refere o artigo 1.º do decreto-lei n.º 31:255 ou das habilitações indicadas no § único deste artigo.

B) Candidatos ao abrigo do decreto-lei n.º 26:594:

a) Certidão de idade, que pode ser de simples narrativa;

b) Pública-forma da carta do respectivo curso complementar ou do 3.º ciclo liceal, certidão comprovativa de terem obtido aprovação nos exames das disciplinas não nucleares ou certidão comprovativa das habilitações a que se refere o artigo 20.º do decreto-lei n.º 26:594;

c) Se não apresentarem pública-forma da carta do curso complementar ou do 3.º ciclo — declaração feita